

SUMÁRIO

Lei 10.741/2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso	7
Título I: Disposições preliminares	7
Título II: Dos direitos fundamentais	9
Capítulo I: Do direito à vida	9
Capítulo II: Do direito à liberdade, ao respeito e à dignidade	9
Capítulo III: Dos alimentos	10
Capítulo IV: Do direito à saúde	10
Capítulo V: Da educação, cultura, esporte e lazer	12
Capítulo VI: Da profissionalização e do trabalho	13
Capítulo VII: Da Previdência Social	14
Capítulo VIII: Da assistência social	15
Capítulo IX: Da habitação	16
Capítulo X: Do transporte	17
Título III: Das medidas de proteção	18
Capítulo I: Das disposições gerais	18
Capítulo II: Das medidas específicas de proteção	19
Título IV: Da política de atendimento ao idoso	19
Capítulo I: Disposições gerais	19
Capítulo II: Das entidades de atendimento ao idoso	20
Capítulo III: Da fiscalização das entidades de atendimento	23
Capítulo IV: Das infrações administrativas	24
Capítulo V: Da apuração administrativa <i>de infração às normas de proteção ao idoso</i>	25
Capítulo VI: Da apuração judicial de <i>irregularidades em entidade de atendimento</i>	26

Título V: <i>Do acesso à justiça</i>	27
Capítulo I: <i>Disposições gerais</i>	27
Capítulo II: <i>Do Ministério Público</i>	28
Capítulo III: <i>Da proteção judicial dos interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis ou homogêneos</i>	31
Título VI: <i>Dos crimes</i>	34
Capítulo I: <i>Disposições gerais</i>	34
Capítulo II: <i>Dos crimes em espécie</i>	35
Título VII: <i>Disposições finais e transitórias</i>	37
Dispositivos da Constituição Federal	43
Dispositivos do Novo Código Civil	55
Dispositivos da Lei 8.742/93.	
<i>Dispõe sobre a organização da Assistência Social</i>	58
Decreto 1.744/95. <i>Regulamenta o benefício de prestação continuada devido à pessoa portadora de deficiência e ao idoso, de que trata a Lei 8.742/93.</i>	60
Lei 8.842/94. <i>Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso.</i>	71
Decreto 1.948/96. <i>Regulamenta a Lei 8.842/94, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso.</i>	79
Lei 8.926/94. <i>Torna obrigatória a inclusão, nas bulas de medicamentos, de advertências e recomendações sobre seu uso por pessoas de mais de 65 anos.</i>	87
Lei 10.048/2000. <i>Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica.</i>	88
Decreto 4.227/2002.	
<i>Cria o Conselho Nacional dos Direitos do Idoso – CNDI.</i>	90
Portaria do Ministério de Saúde 280/99.	94